

NOTÍCIAS

O Património imobiliário e a banca

Human Talent: Gestão de Talento na área da Saúde

Índia: “Uma aventura picante”

Conheça a nova Comissão Executiva

O valor da confiança

PADIS arranca brevemente em Lisboa

Investigação da AESE

A logística no Centro Hospitalar Lisboa Norte – CHLN

MEDIA

“Descrédito” entre outros...

PANORAMA

Mexicanos nos EUA: entram tantos como saem

Um só bebé-medicamento, fruto de uma lei “avançada”

“Amor: Un sentimiento desordenado”

DOCUMENTAÇÃO

O ensino diferenciado não se opõe ao princípio de igualdade

Com o ensino superior, terei um melhor trabalho?

Universidades prestigiosas apadrinham escolas com dificuldades

AGENDA

AESE WLF | A agenda dos Diretores-Gerais

Lisboa, 2 de abril

Ciclo “Direção de Empresas” | Em busca do negócio perdido

Lisboa, 18 de abril

Que sabemos de Deus?

Lisboa, 22 de abril

Marketing em tempos de crise

Lisboa, 29 de abril

O futuro desafia a educação

Lisboa, 9 de maio

Banca 20

Lisboa, 16 de maio

[A 27 de fevereiro de 2013](#)

[Agrupamento de Alumni da AESE debate](#)

O Património imobiliário e a banca

O [Agrupamento de Alumni](#) da AESE organizou recentemente uma sessão de continuidade sobre as oportunidades que se apresentam ao setor imobiliário e à banca, na atualidade.

[Jose Luis Suarez](#), Professor especialista do IESE, fez uma análise comparativa do mercado, atendendo às circunstâncias atuais. “Os ativos dos bancos no passado fizeram com que a banca de vários países se submetesse a processos de reestruturação e recapitalização”, com dinheiro privado, provindo de mercados de capitais e com investimento público.

No seu entender, “as tendências do mercado continuarão afetadas por fatores alheios a ambos os setores”. A economia em geral também influencia a performance destas áreas de atividade. E o Profes-

sor prevê que no final do ano de 2013, o mercado sofra alterações que beneficiem ambos os setores.

Na sessão, interveio Rodrigo Lourenço, Partner da PwC, que apresentou um [estudo](#) recente sobre o tema. Rui Semedo, Presidente do Conselho de Administração do Banco Popular, explicou como a banca tem experienciado a crise no imobiliário: “Não há dúvidas de que a grande preocupação dos bancos é cair dentro daquilo que é possível, as condições para que os seus clientes atravessassem esta fase”, socorrendo-se “de todos os meios possíveis para isso, como é o caso, por exemplo, do alargamento de prazo”.

A sessão teve a parceria da Eurostates, empresa parceira das entidades bancárias que se dedica à realização de leilões de imóveis.



Artigos relacionados nos media
[Regras para travar os investimentos são demasiado complexas](#)
28-fev-2013, in Jornal de Negócios

[Banca absorveu 52% dos créditos](#)
01-03-2013, in Oje

[O que fazer com os ativos imobiliários do setor bancário](#)
02-03-2013, in Expresso

[NAVES, a Sociedade de capital de Risco da AESE aposta na](#)

Human Talent: Gestão de Talento na área da Saúde

A Human Talent (HT) é uma empresa, participada por Naves SCR, que presta serviços integridados de outsourcing e outplacement no setor da saúde. Os serviços de outplacement têm sido solicitados por um número crescente de empresas na área da saúde, sendo que a maior procura está nos laboratórios farmacêuticos, tanto em quantidade (nº de propostas), como em volume (nº de colaboradores envolvidos). Os serviços de outsourcing são solicitados por um número elevado de empresas na mesma área, destacando-se de forma notória o recurso a profissionais nas áreas comerciais. É também no segmento dos laboratórios farmacêuticos que se verifica uma maior dinâmica deste segmento de negócio.

Nos serviços, a HT oferece uma opção preparatória do processo de

downsizing de uma empresa farmacêutica, com a eventual colocação direta no mercado de trabalho dos colaboradores dispensados.

Adicionalmente, tendo acesso privilegiado a profissionais de qualidade comprovada e com experiência consolidada, a HT disponibiliza às empresas as melhores soluções em termos de flexibilidade de estrutura, eficácia nas operações e rentabilização de investimentos comerciais, através dos serviços de outsourcing.

Neste momento, a empresa tem contratos em carteira com algumas das maiores farmacêuticas a operar em Portugal, tem um pipeline quantitativo e qualitativo de propostas muito interessante junto de potenciais clientes e está a crescer na sua estrutura operacional para dar

serviço a um número crescente de contratos, quer de outsourcing, quer de outplacement.

Segundo [Francisco Carvalho](#), Managing Director da Sociedade de Capital de Risco da AESE, "Naves investiu até à data cerca de 15.000 € neste projeto em capital social, que representa uma participação de 20% da sociedade. É com grande confiança que vimos este investimento, pela qualidade da equipa promotora, pelas condições de mercado atuais em Portugal e a nível global, e pelas taxas de crescimento e rentabilidade do modelo apresentado." ■



Ahmedabad, de 25 de fevereiro a 2 de março de 2013
Semana intensiva do 12º Executive MBA AESE/IESE

Índia: “Uma aventura picante”

A semana intensiva de trabalho do 12º Executive MBA AESE/IESE na Índia realizou-se recentemente. Para além das sessões programadas com os Professores do IIM – Indian Institute of Management de Ahmedabad, os participantes puderam contactar de perto com a realidade empresarial indiana e avaliar novas formas e oportunidades de fazer negócio neste vasto mercado asiático.

Nuno Campilho, um dos participantes no programa, fez um balanço da viagem: “A Índia é a sacralização do contraste. Dos espaços aos equipamentos, da visão aos cheiros, dos costumes às pessoas, é tudo tão diversificado, que se torna difícil de descrever. Mais do que agridoce, esta foi uma aventura verdadeiramente picante.



E pica, desde a comida, aos mosquitos...

Quando se viaja, os locais por onde passamos, ficam-nos na memória.

Na Índia, os locais são desmemoriados: retive as pessoas, de um trato inigualável e, nesse aspeto, inesquecível. Long live the IIMA.” ◻

[Lisboa, 28 de fevereiro de 2013](#)

[1ª reunião da Comissão Executiva do Agrupamento dos antigos alunos da AESE](#)



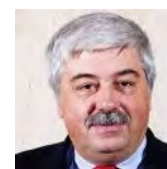
Conheça a nova Comissão Executiva dos Alumni

Após a eleição do Presidente da Comissão Executiva dos Alumni a 17 de janeiro de 2013, a Comissão Executiva do Agrupamento reuniu pela primeira vez no dia 28 de fevereiro.

A reunião, presidida por José Luís Simões, analisou o Programa de Atividades realizadas em 2012 e aprovou o Programa para 2013. Debruçou-se ainda sobre as contas de 2012 e o Orçamento de 2013, documentos que foram aprovados por unanimidade.

Após algum tempo de debate, foram distribuídas responsabilidades relacionadas com o andamento dos trabalhos do Agrupamento, as quais ficaram entregues a distintos grupos. Salienta-se o grupo de angariação de patrocínios, o grupo de “fund raising” para bolsas e ainda o grupo de dinamização e

promoção do Agrupamento, com o objetivo de alcançar mais 200 membros durante o ano de 2013. ▣



[Funchal, 9 de março de 2013](#)

[Prof. Raul Diniz convidado como orador na gala da FN Hotelaria](#)



O valor da confiança

A propósito do seu 30º aniversário, a FN Hotelaria organizou um evento comemorativo, no Centro de Congressos, do Casino da Madeira, no dia 9 de março.

O [Prof. Raul Diniz](#), a convite de João Abel de Freitas (29º [PADE](#)), foi o orador convidado para proferir uma conferência sobre “A Confiança”, perante uma plateia de 800 pessoas.

No encontro, o Professor referiu que “vivemos uma crise de confiança (no governo, nos políticos, nos dirigentes, nas igrejas, nos bancos...) e uma cultura da suspeita, tão antiga como os nossos primeiros pais. Por outro lado, a cultura da «accountability» que estamos a construir nem sempre favorece (desregulação à hiper-regulação), pois as plantas crescem mal quando estamos sempre a auditar as raízes. (...)

A confiança é de grande importância social, económica e política: capital social. No entanto, não se decreta, não se ordena, mas comanda tudo. (...)

A confiança é indispensável para o funcionamento com êxito da empresa. Nenhum sistema contratual pode ser tão completo que possa prescindir de certos pressupostos tácitos. Sem uma elementar confiança, não há possível cooperação.”

A FN Hotelaria, sediada no Funchal, é uma instituição que se dedica, desde 1983, à conceção, desenvolvimento, instalação e ao serviço de pós-venda de equipamento para empresas ligadas à restauração. ■



[Lisboa, 9 de abril de 2013](#)

[Dirigida à Alta Direção de Instituições de Saúde](#)



PADIS arranca brevemente em Lisboa

“2013... um momento histórico pelo que encerra de desafios, obstáculos e... esperança”, leva o [Prof. José Fonseca Pires](#) a desafiar os responsáveis máximos das instituições de saúde a serem melhores nas suas dimensões pessoal e profissional.

“Perante a magnitude do empreendimento, não queiramos mais recursos, não desejemos mais tempo, não suspiremos por mais estruturas; antes, sejamos melhores! Melhores pessoas, melhores profissionais, melhores dirigentes... No contexto social e empresarial tingido pela incerteza e pela perplexidade em face de uma crise económica e financeira sem precedentes, devemos estar conscientes da nossa responsabilidade acrescida para enfrentar estes momentos difíceis e contribuir para os ultrapassar.

Assim, os dirigentes – também os dirigentes de saúde – têm de se dedicar à sustentabilidade da sua instituição, à rentabilidade dos seus ativos, à qualidade e segurança na produção do serviço que prestam.

Mas isto é só parte da sua responsabilidade como dirigentes: há que conseguir um ambiente profissional estimulante e desafiador para as equipas, onde a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e profissional dos colegas que aí trabalham seja um mote sempre presente; e tudo isto imerso num ambiente em que os valores éticos norteiem as decisões tomadas e se viva, de facto, uma missão de serviço concreto e humanizador, em que cada doente seja o centro dos esforços do dirigente.

Tudo isto é conhecido pelos dirigentes da saúde. É o motivo



pelo qual, em conjunto, levantamos diariamente o Sistema de Saúde que queremos para o nosso País.

Aquilo que propomos com o PADIS, é que num ambiente inter pares e multidisciplinar, venha refletir sobre a sua vivência, ganhar perspetiva com a experiência dos colegas e discutir os [case studies](#) que lhe propomos, sob a orientação dos professores da AESE.



Ao longo de 12 semanas – uma das quais em Pamplona, Espanha, onde visitaremos a prestigiada [Clínica Universidad de Navarra](#) – vai ter oportunidade de estruturar os conhecimentos acumulados ao longo da sua trajetória profissional, recursos valiosos mas tantas vezes negligenciados por falta de tempo ou de oportunidade; e ser confrontado com a experiência e o know-how complementar dos restantes intervenientes no Programa, que abalam as nossas certezas, escrutinam as nossas convicções e exigem de nós uma mais sólida fundamentação nas soluções preconizadas.

Aceite o desafio; venha experienciar connosco o [PADIS](#), o [método do caso](#), o ambiente da AESE.”

As [próximas edições](#) do PADIS são, em Lisboa, de 9 de abril a 25 de junho, e, no Porto, de 30 de setembro a 16 de dezembro de 2013.▣



[Investigação AESE](#)

A logística no Centro Hospitalar Lisboa Norte – CHLN

Pedro Lima (8º [PADIS](#)), Diretor de Logística da Espírito Santo Saúde, com a supervisão do Prof. José Lopes dos Santos, redigiu um [caso](#) sobre a gestão da cadeia de abastecimento de um grupo português de hospitais públicos.

A situação retratada, espelha a necessidade sentida pela organização de reduzir os custos. Miguel Lameiras, o protagonista do caso afirma que “era obrigatória, mas, ao mesmo tempo, de modo algum a qualidade dos serviços de saúde podia ser danificada.

De facto, a eficiência do sistema de aquisição devia aumentar sem comprometer a eficácia do tratamento dos pacientes.

A dificuldade é afetada pelos diferentes intervenientes envolvidos: os consumidores (os pacientes), os tomadores de decisão ou prescritores

(os médicos), o comprador (os serviços de compras hospitalares) e o pagador (o Estado).

Um olhar sobre o sistema de saúde Português e pela sua legislação e também estão incluídos alguns aspetos da oferta e da curva de demanda.” ■



AGENDA



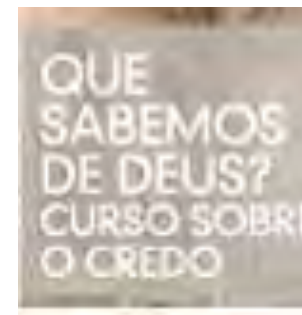
Eventos



AESE Women Leader's Forum A agenda dos Diretores- -Gerais

Lisboa, 2 de abril

[Saiba mais >](#)



Curso

Que sabemos de Deus?

Lisboa, 22 de abril

[Saiba mais >](#)

Seminário



Seminário Marketing em tempo de crise

Lisboa, 29 de abril

[Saiba mais >](#)

Sessões de Continuidade



Ciclo "Direção de Empresas" 1ª sessão: "Em busca do negócio perdido"

Lisboa, 18 de abril

[Saiba mais >](#)



Sessão de Continuidade O futuro da educação ?

Lisboa, 9 de maio

[Saiba mais >](#)



Sessão de Continuidade Banca 2.0

Lisboa, 16 de maio

[Saiba mais >](#)

AESE nos Media



De 28 de fevereiro a 15 de março de 2013

Opinião: Descrédito

Prof. José Miguel Pinto dos Santos
15-03-2013, in Vida Económica

Soft Skills

Prof. Ana Machado
11-03-2013, in Aposta - Newsletter dos CTT

AESE lidera cursos para reformar sector público

11-03-2013, in Diário Económico

Fundos para o imobiliário continuam a crescer

08-03-2013, in Sol

Opinião - Com o dinheiro dos outros

Prof. José Miguel Pinto dos Santos
08-03-2013, in Vida Económica

Opinião: Três teorias para uma crise

Prof. José Miguel Pinto dos Santos
06-03-2013, in Diário Económico

Executive MBA: diploma conjunto AESE/IESE

05-3-2013, in OJE

Banca absorveu 52% dos créditos

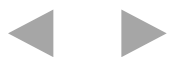
01-03-2013, in Oje

O que fazer com os ativos imobiliários do setor bancário

02-03-2013, in Expresso

Regras para travar os investimentos são demasiado complexas

28-fev-2013, in Jornal de Negócios



PANORAMA

Mexicanos nos EUA: entram tantos como saem

Enquanto o Supremo Tribunal dos EUA debatia a lei do Arizona contra a imigração ilegal, dados publicados indicam que a imigração mexicana tem vindo a ser travada.

Pela primeira vez em quatro décadas, agora saem dos EUA tantos mexicanos como chegam. Para esta mudança de tendência contribuíram fatores económicos, mas sobretudo a mão firme contra os indocumentados. A estagnação coincide com a primeira descida séria da imigração ilegal mexicana em 20 anos. Assim o salienta um relatório elaborado pelo Pew Hispanic Center.

Para realizar este relatório de 2012, os investigadores do Pew recorreram a nove fontes de dados diversas: cinco do governo mexicano, e quatro do governo norte-americano. Entre elas, encontram-se os Censos de População e Habitação; o Inquérito Nacional de Profissão e Emprego; o Inquérito sobre Migração na Fronteira Norte do México, etc.

O fluxo migratório do México para os EUA começou a crescer de modo constante a partir de 1970. Desde então e até há poucos anos, a tendência é que havia mais entradas do que saídas de mexicanos.

Assim, entre 1995 e 2000, 3 milhões de mexicanos emigraram para os EUA e menos de 700.000 regressaram ao seu país juntamente com os filhos nascidos durante a estadia nos EUA.

No entanto, somente uma década depois, a tendência mudou completamente. No período compreendido entre 2005 e 2010, os mexicanos que chegaram aos EUA foram cerca de 1,4 milhões. E os que voltaram ao México com os filhos também rondaram os 1,4 milhões.

O relatório do Pew associa esta descida líquida do fluxo migratório

»»



– embora não exclusivamente – à primeira queda séria, em duas décadas, do número de imigrantes ilegais mexicanos nos EUA. Os mexicanos indocumentados que viviam nos EUA passaram de 7 milhões em 2007, para 6,1 milhões em 2011, enquanto que os documentados subiram ligeiramente, de 5,6 milhões em 2007, para 5,8 milhões em 2011.

Atualmente, os mexicanos ilegais representam 58% dos 11,2 milhões de imigrantes indocumentados que vivem nos Estados Unidos.

O fenómeno da imigração ilegal volta a aparecer entre os fatores que, segundo o Pew, contribuíram para travar o fluxo migratório do México para os EUA. Um dos mais destacados é o aumento das deportações dos indocumentados: em 2010, quase 400.000 sem papéis foram deportados; deles, 73% eram mexicanos.

Pelo contrário, as detenções daqueles que procuram cruzar a fronteira de modo ilegal diminuíram bastante: de mais de um milhão em 2005, passou-se para 286.000 em 2011. Ora, como explica o relatório, isso não signi-

fica que se relaxassem as medidas de vigilância nos controlos fronteiriços, mas que as que já existiam, tinham cumprido o seu efeito dissuasor e muito menos pessoas tentaram cruzar.

Outros fatores mencionados pelo Pew são: a menor oferta de emprego nos setores onde costumam concentrar-se os emigrantes nos EUA (hotelaria, limpezas ou construção civil); a queda da natalidade no México ou a criação de novas oportunidades económicas no país de origem. ■

**PANORAMA**

Um só bebé-medicamento, fruto de uma lei “avançada”

Quando, em maio de 2006, se reformou em Espanha a lei de reprodução assistida, o governo socialista insistiu em anunciar como grande novidade o facto de, pela primeira vez, se regular o diagnóstico de pré-implantação, com o objetivo de que um futuro filho pudesse, mediante um transplante, ajudar a curar o seu irmão doente. O jornalisticamente chamado “bebé-medicamento”, era um sinal do quão avançada e, portanto, conveniente, era a lei.

Desviava-se assim a atenção pública das mudanças mais substanciais da reforma: geração de em-

brões com fins não reprodutivos; via livre para fecundar quantos óvulos se quisesse, tendo, como resultado, a acumulação de embriões de sobra; a possibilidade de investigar os embriões sobran-tes ou os criados, por clonagem, para este fim.

Deve ter-se em consideração que havia muito pouca procura para esta técnica do “bebé-medicamento”, que somente se realizava, nessa altura, numa dezena de centros em todo o mundo e apenas havia sido criada cinco anos antes.

Entre 2006 e 2012, só houve um caso em que esta técnica serviu para fazer um transplante que curou o irmão enfermo. Segundo referiu o “El País” (7.1.2012), a Comisión Nacional de Reproducción Humana Asistida (CNRHA), que deve supervisionar os casos, um por um, recebeu nesses seis anos um total de 40 solicitações válidas para iniciar o processo, das quais rejeitou 9. Das 31 aceites, apenas resultou um rapaz capaz de servir de doador ao seu irmão.

Mas, apesar do fracasso notório, não se pode falar de surpresa.

»»



Esta técnica contava com escasos anos de vida quando foi legalizada em Espanha, mas a pouca evidência científica existente oferecia resultados desencorajadores. O Hospital Universitário flamengo de Bruxelas que, em maio de 2005, anunciou o nascimento dos dois primeiros bebês-medicamento da Europa, declarou que 61 casais tinham solicitado o tratamento, 14 tinham sido aceites, quatro mulheres ficaram grávidas, tendo acabado por nascer apenas dois bebês “aptos”.

A possibilidade de um casal que inicia o processo vir a obter finalmente o bebê-medicamento desejado, situa-se em 5%. Além disso, as probabilidades de que o futuro filho seja “eficaz”, também depende da doença que pretenda curar:

de 75% a 90% em doenças genéticas, e de 30% a 50% em leucemias. São necessários, em média, 16 embriões para conseguir três compatíveis com os quais se possa trabalhar, embora isto não signifique que algum deles se venha a implantar corretamente no útero e a desenvolver a sua gestação.

Igualmente, como salienta a catedrática de Bioquímica, Natalia López Moratalla, o processo de selecionar um embrião compatível exige produzir outros que ficarão pelo caminho: “a possibilidade de selecionar exige múltiplos irmãos e, para isso, partir de 10 ou 20 óvulos, que serão necessariamente mais imaturos e piores do que os produzidos pela mãe, com as respetivas consequências para

o filho que venha a ser gerado pela fecundação desses óvulos”. Por outro lado, o diagnóstico de pré-implantação a que se submetem os embriões para ver se reúnem as condições para serem implantados, “exige pegar em duas células de um pequeno embrião de três dias que só tem oito células: um quarto do seu corpo, pelo que, muitas vezes, ficam danificados”.

Por outro lado, a atenção mediática que geraram os bebês-medicamento, eclipsou outras alternativas que estão a funcionar melhor, como as células estaminais adultas. É o que diz López Moratalla: “o que não se deve continuar a ocultar, é que as células do sangue do cordão umbilical não produzem forte rejeição; tal como,

»»



muito menos a produzem algumas das células estaminais da medula óssea de doador”.

Por muito que a reforma de 2006 fosse conhecida popularmente como a dos bebés-medicamento, a verdade é que este era somente um dos aspetos legislados. A lei incluía também a possibilidade de os embriões sobranes ficarem à disposição do casal ou da mulher, de forma que pudessem escolher entre conservá-los para um eventual uso, doá-los a outro casal, destiná-los à investigação ou “ces-

sar a sua conservação”. Esta possibilidade facilitou – por omissão de responsabilidade do casal – um arsenal de embriões utilizados como material de investigação ou condenados ao congelador.

A lei de 2006 favoreceu, embora também de modo implícito, a clonagem com fins terapêuticos, ao proibir simplesmente a que procura fins reprodutivos. Por último, outra “contribuição” da reforma foi a consagração legal do termo pré-embrião, para se referir ao de menos de 14 dias. O

objetivo era desregular ainda mais a circulação e uso destes embriões.

Como costuma acontecer no campo da saúde sexual, os argumentos esgrimidos na reforma foram mais emotivos e abstratos do que científicos. Por um lado, apelava-se à compaixão perante a dor. Quando a reforma passou os trâmites do Congresso, o “El País” (17.2.2006) felicitava-se porque “com a ampliação do número de óvulos que se podem extrair e fecundar (embora não



implantar numa só vez) pretende-se evitar o sofrimento das mulheres, as quais se devem submeter a diversos ciclos de estimulação antes de conseguirem ficar grávidas”. Nada dizia sobre o incerto final dos óvulos sobrantes.

No caso dos bebés-medimento, a dor psicológica da mãe que via como o seu filho sofria de uma doença incurável, servia para justificar a conceção de um novo filho com fins terapêuticos. O

mesmo diário salienta, passados alguns anos, num curioso exercício de alienação jornalística, que “há quem acredite que se exageraram as expectativas” (“El País”, 7.1.2012).

Na altura, foi objetado à então ministra da Saúde, Elena Salgado, que a técnica dos bebés-medimento carecia “de justificação clínica e social”, embora ela se defendesse aludindo às “posições pseudo morais” dos seus críticos.

Todavia, o tempo encarregou-se de demonstrar que nem existia tanta procura social, nem se podia esperar tanto desta técnica. Nunca um só bebé serviu para justificar a destruição de tantos embriões.

F. R.-B. 



PANORAMA

“Amor: Un sentimiento desordenado”

“Liebe. Ein unordentliches Gefühl”

Autor: Richard David Precht
 Siruela. Barcelona (2012).
 392 págs.
 Tradução (castelhano):
 Isodoro Reguera

Costuma falar-se do amor como de um sentimento desordenado e complexo. Parte dessa complexidade tem, sem dúvida, que ver com a multiplicidade de significados que, ao longo do tempo, se foram sedimentando nessa palavra. Nesta perspectiva, as hoje abundantes tentativas da ciência para pôr ordem nessa experiên-

cia, pela via de a reduzir a funções biológicas elementares, estão antecipadamente condenadas ao fracasso.

É o que pensa Richard David Precht no seu livro sobre o amor, rico em informação e com observações, em geral, ponderadas. O autor alemão propõe-se, antes de tudo, duas coisas. Por um lado, dismantelar os reducionismos com os quais diversas ciências – a psicologia evolutiva, a sociobiologia, a química... – procuram impor uma ordem artificial na experiência humana do amor, ou tipificar de uma vez por todas, sobre bases supostamente cientifi-

cas, comportamentos ou papéis femininos e masculinos; e, relacionado com isto, mostrar que a nossa ideia (romântica) do amor, representa um ideal cultural relativamente recente e, na sua síntese de contradições, extremamente exigente.

Precht estrutura o seu livro de acordo com um plano escalonado, com o qual quer abordar, para mostrar a sua insuficiência, uma perspectiva muito alargada na nossa cultura, que procura explicar realidades humanas – neste caso, o amor – como produto da evolução de realidades biológicas mais simples.



Precht vai fazendo a revisão das teses supostamente científicas que avalizariam semelhantes transições, para ir mostrando, em seguida, que nada na nossa história natural, nem na nossa biologia, permite explicar por si só as peculiaridades dos nossos desejos, emoções e representações associadas ao amor.

Num contexto cultural marcadamente determinista, este tipo de argumentação, por simples que pareça, é no mínimo bem-vindo. Precht, com efeito, recorda-nos que: “Reagimos perante os outros e encontramos alegria e satisfação em excitar, fascinar ou fazer feliz o outro. Os nossos interesses não são estereotipadamente genético-egoístas, pois jogamos com

os nossos companheiros e companheiras sexuais um jogo social no qual nos refletimos no olhar do outro...”

As objeções de Precht às explicações redutivamente naturalistas do amor – as suas divertidas argumentações contra as não menos cómicas tentativas de vincular as nossas contemporâneas práticas amorosas com a herança paleolítica, ou a produção de oxitocina –, não constitui o único ponto positivo do seu livro. Mais relevante é, parece-nos, a sua reconstrução do próprio conteúdo do que hoje pensamos ao abrigo da palavra “amor”, assim como o seu diagnóstico das formas de os homens e mulheres de uma sociedade marcada por um intenso

processo de individualização, enfrentarem contemporaneamente o problema do amor.

Segundo Precht, a nossa ideia do amor romântico, como um sentimento que deveria abarcar simultaneamente vínculo, paixão e sexualidade, é uma ideia relativamente inovadora na história da cultura, um ideal cultural, no qual se incluem tensões que vitalmente convidam à quadratura do círculo, e sem as quais se tornaria incompreensível a contemporânea sociologia do amor (e o desamor).

“O amor romântico é um anseio que se perfila no século XVIII, contrário às restrições de um mercado matrimonial que não tem em consideração os sentimentos...”





O influxo dos ideais românticos na nossa concepção atual do amor – a ideia de que o amor é fonte de significado – foi algo extraordinário. Dele vive em grande parte a chamada cultura popular. Precht volta a insistir naquilo em que, nos últimos tempos, destacou com acerto Eva Illouz: que uma das fontes pelas quais os ideais românticos – inegavelmente transformados – colonizaram as representações coletivas, foi a enorme difusão cultural da psicanálise.

“Amor, afetividade e sexualidade: hoje gostamos de pensar juntas as três coisas, como se se tratasse de uma unidade, como se o amor romântico fosse a norma e não a exceção. (...) Mas, na realidade, tudo volta repetida-

mente a voar em pedaços: para o amor no sentido de vínculo e compreensão, pode ser bom que na vida do companheiro de casal não mudem demasiadas coisas fundamentais: para o amor como anseio de estímulo e emoção não há nada melhor do que uma mudança de relacionamento e que suscite continuamente novas solicitações ao companheiro.”

À luz destas considerações, entende-se que Fromm tenha dito que o amor não é apenas destino, como igualmente trabalho (247). Que, com isso, pusesse em marcha um exército de terapeutas do amor, que hoje vendem os seus receituários para a vida em casal por todo o mundo, parece que estava fora da sua intenção

original. Precht não é o único a dissuadir o leitor das esperanças depositadas nessa literatura: recorrer a um livro não muda a vida nem as relações do casal e, em qualquer caso, não de forma duradoura. Apenas muito poucas vezes, um amor feliz se baseia nos bons conselhos.... (...) Pode ser verdade que a maioria das pessoas pensa que quer mudar, mas são menos as que realmente querem... Não podemos esperar nem do nosso/a parceiro/a, nem de nós próprios, uma mudança importante e fundamental”.

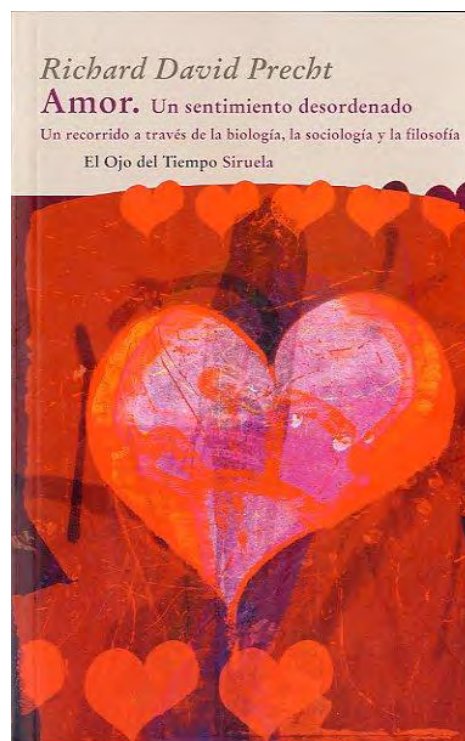
A idealização romântica não é somente a idealização da pessoa amada, como do amor mesmo, também do amor familiar. E não é demais notar que essa idealização

»»



pode vir a converter-se em fonte de uma tirania peculiar, que deita fora o outro, os outros, quando não se ajustam às próprias expectativas. Nem por isso, contudo, se deve considerar o amor como uma missão impossível. Na realidade, é o amor que nos permite perceber, em nós mesmos, possibilidades inéditas.

A. M. G. ▣





DOCUMENTAÇÃO

O ensino diferenciado não se opõe ao princípio de igualdade

“A Constituição não proíbe o ensino diferenciado por sexos, admitte-o”, disse o juiz presidente do 6º Senado do Tribunal Administrativo Federal, Werner Neumann. “Essa proibição só se admitiria”, prosseguiu o juiz, se o ensino diferenciado se opusesse aos “conhecimentos científicos reconhecidos entre os especialistas”; mas não é assim, visto o assunto continuar a ser controverso entre os peritos; talvez no futuro volte a ser recomendada a segregação por sexos, acrescentou Neumann. Daí, não ser admissível tornar obrigatório um único projeto educativo.

Com a sentença da instância suprema, de 30 de janeiro, punha-se fim a um litígio contencioso-administrativo de seis anos de duração e que tinha passado já por duas instâncias anteriores, ambas com decisões no mesmo sentido. Em 2007, uma Associação de pais apresentou um projeto de escola para a cidade de Potsdam, pelo que a aprovação do projeto competia ao Ministério da Educação do *land* do Brandeburgo. O projeto previa ensino diferenciado e a assistência espiritual por parte de sacerdotes da Prelatura do Opus Dei; a mesma associação de pais dirige, desde

1972, uma escola para raparigas em Jülich, cidade próxima de Aachen (esta também conhecida por Aix-la-Chapelle) e Colónia.

O Ministério da Educação do Brandeburgo rejeitou o projeto alegando que o ensino diferenciado se opunha ao objetivo da igualdade dos sexos fixada na Constituição; segundo o Ministério, este objetivo só se pode conseguir com o ensino conjunto de rapazes e raparigas. No entanto, tanto as duas primeiras instâncias – o Tribunal Administrativo local e o do *land* –, como agora o Tribunal Administrativo Federal, deram

»»



razão à iniciativa dos pais, que apelaram contra a decisão do Ministério para os tribunais. Segundo a exposição do juiz presidente Werner Neumann, o Ministério deve aceitar a explicação do promotor da escola, segundo a qual o princípio de igualdade entre homens e mulheres também pode ser conseguido em aulas diferenciadas. Os proprietários de escolas privadas — prosseguiu o juiz — podem escolher livremente os métodos e as formas de organização das aulas, de acordo com os seus princípios pedagógicos.

Horst Hennert, gestor da promotora da escola, declarou depois da publicação da sentença: “Não existe razão alguma para proibir um ensino diferenciado entre ra-

pazes e raparigas”. Na Alemanha, existem bastantes escolas masculinas, sobretudo na Baviera e na Renânia do Norte-Vestefália. No Leste da Alemanha — a antiga República Democrática Alemã — seria, no entanto, o primeiro deste tipo. Segundo Horst Hennert, uma escola masculina é algo sensato, “porque os rapazes estão em desvantagem: 60% dos que terminam o ensino secundário são raparigas e 80% dos repetentes, rapazes. Na coeducação tem-se demasiado pouco em conta os rapazes”.

A ministra da Educação do Brandeburgo, Martina Münch (SPD – sociais-democratas), lamentou a sentença: “Segundo a Constituição do nosso *land*, ninguém pode ser discriminado pelo

seu sexo. Estamos obrigados a procurar a igualdade entre homens e mulheres e, para isso, é de central importância o ensino conjunto de rapazes e raparigas”. No entanto, os partidos da oposição no Brandeburgo, CDU (democratas-cristãos) e FDP (liberais), mostraram-se satisfeitos com a sentença; o porta-voz da CDU para questões de ensino, Gordon Hoffmann, qualificou-o de “uma vitória para a liberdade de escolha. Os direitos e obrigações das escolas privadas estão fixados na Constituição. É vergonhoso que as escolas privadas tenham que lutar por esses direitos nos tribunais”. E o porta-voz do mesmo grupo parlamentar, Andreas Büttner, acrescentou: “A liberdade de escolha dos pais e o



direito a fundar escolas privadas estão acolhidos na Constituição”.

A sentença de 30 de janeiro tem também repercussões económicas: a aprovação do projeto acarreta que a administração pública participe no seu financiamento, segundo um modelo similar aos acordos de concertação de Espanha ou às “écoles sous contrat” em França. Na Alemanha,

o Estado assume aproximadamente 78% dos gastos comuns da escola privada.

Juridicamente, a sentença só é vinculativa para as duas partes; todavia, pode ter um certo carácter geral, pois, pela primeira vez, um Tribunal Federal constatou que um proprietário privado tem o direito a oferecer um tipo de ensino exclusivamente para rapa-

zes ou para raparigas. Embora esta sentença não tenha repercussões nas escolas diferenciadas que existem hoje, tem-nas para o futuro: se cumprirem os requisitos legais, terão de ser autorizadas pelo correspondente Ministério.

J. M. G. P. ■



DOCUMENTAÇÃO



Com o ensino superior, terei um melhor trabalho?

Em média, 31% da população da OCDE (os países mais industrializados), entre os 25 e os 64 anos, finalizou o ensino superior, segundo o relatório “Education at a Glance 2012”. Por exemplo, num país como Espanha que também tem essa média, igualmente 29% das pessoas com idades entre os 25 e os 29 anos, as que são conhecidas como *Ni-Ni*, não estão nem empregadas, nem no ensino ou em formação profissional.

Mais rendimentos, menos desemprego

Os estudos internacionais mostram que um título de ensino

superior garante melhores rendimentos e menos probabilidade de desemprego. O citado relatório “Education at a Glance 2012” destaca, relativamente ao rendimento económico dos estudos superiores: a) As pessoas com estudos universitários dos países da OCDE podem ganhar 55% mais do que aquelas que não têm um título superior. b) Uma pessoa sem o ensino secundário ganha 23% menos do que outra pessoa que o tenha concluído. c) Os ganhos que traz consigo o ensino superior aumentam com a idade. Entre os 25 e os 34 anos de idade, os possuidores de título superior ganharão 37% mais do

que aqueles que não foram além do ensino secundário. Porém, ao chegarem à faixa dos 55-64 anos, os que têm formação superior irão ganhar 69% mais do que os que só têm a secundária.

Por exemplo, em Espanha, a vantagem média de rendimentos para pessoas de 25-64 anos com ensino superior, em comparação com pessoas que só têm o secundário, é, em média, de 41% (33% nos homens e 59% nas mulheres), ficando no lugar 24 entre os 32 países examinados.





Jovens sobre-educados

É verdade que, na atual situação de crise económica espanhola, o desemprego juvenil atinge tanto os que foram para a Universidade, como aqueles que não o conseguiram. Daí muitos jovens licenciados estarem a desempenhar trabalhos sem correspondência com os estudos que fizeram.

Já em 2010, a Fundación de las Cajas de Ahorros elaborou um relatório onde afirmava que a Espanha, com uma taxa de 25%, se situava no topo da OCDE quanto a empregados “sobre-educados”; isto é: pessoas que tinham um excesso de preparação académica para o tipo de trabalhos que faziam. A taxa média da OCDE em relação a esta variável

era de 12%. Os responsáveis pelo relatório apontavam como causa desta situação um ensino universitário excessivamente académica, com pouco conteúdo de aprendizagem prática. Destacavam igualmente a influência de um ensino secundário muito pouco competente, cujos efeitos se faziam notar no baixo grau de preparação com que os alunos chegavam à universidade.

Estados Unidos: universitários empregados de restaurante e taxistas

O problema da “sobre-educação” académica é também constatável noutros países, como é o caso dos EUA. Cerca de 48% dos licenciados norte-americanos, em 2012, desempenhavam trabalhos

abaixo do nível dos seus estudos. Segundo o Center for College Affordability and Productivity (CCAP) existem hoje mais de 1,7 milhões de universitários que trabalham em empregos como caixas, empregados de restaurante ou profissões deste tipo. Por exemplo, 15% dos taxistas são universitários.

O desencanto universitário está patente, por exemplo, na descida de matrículas nas Faculdades de Direito (os pedidos para estudar lá são agora 38% inferiores aos de 2010). Em 2004, havia 100.000 pedidos, enquanto hoje são apenas 54.000. Entre os motivos para a descida estão o elevado custo das matrículas, que obriga os estudantes a terem de apresentar pedidos de crédito e a queda

»»



na contratação de licenciados em Direito. Se antes o título de advogado era um passaporte para bons rendimentos, agora já não o é.

Contudo, os estudantes de Medicina continuam a aumentar de modo constante: em 2001, eram 34.860 e, em 2012, ascendiam a 45.266.

De qualquer forma, o título universitário continua a ser uma proteção contra o desemprego. Nos EUA, a percentagem de desemprego atual é de 3,9% licenciados, contra os 8% dos que só fizeram o secundário (*high school*) e 11,7% dos que nem têm este grau de ensino.

Mais competitivos

Em face do desencanto de não haver trabalhos atrativos depois dos estudos superiores, economistas norte-americanos insistem que, um título, continua a tornar mais competitivo qualquer jovem que se apresente no mercado laboral. Richard Wedder, o diretor do citado CCAP, declarava recentemente ao “Christian Science Monitor” (28.1.2013) que o título superior é um fator importante para os empregadores no momento em que selecionam pessoal. Também se deve recordar que o desenvolvimento da tecnologia fez com que a mão de obra sem formação profissional já não seja necessária em muitas empresas. O que os empresários procuram são trabalhadores que pos-

sam utilizar os últimos produtos tecnológicos.

Contudo, para que o título se traduza em prosperidade, também faz falta a criação de empregos a exigir essa formação. O CCAP, citando previsões do Departamento de Trabalho, afirma que, até 2020, sairão da Universidade 19 milhões de novos licenciados, enquanto o número de empregos, a exigir a posse do título referido, crescerá só 7 milhões.

O ensino universitário continua a fazer sentido para muitos. Mas para outros, segundo o “Christian Science Monitor”, o melhor caminho depois do ensino secundário pode ser o dos *vocational learning*, ou seja, formação profissional de grau superior.





De tudo isto se deduz que os estudos universitários podem não ter uma recompensa imediata, embora tragam consigo um de-

envolvimento cultural pessoal. Mas se forem feitos com aproveitamento, e nos primeiros anos de trabalho houver paciência, consti-

tuem um rentável investimento profissional e económico a médio e longo prazo. ■



DOCUMENTAÇÃO

Universidades prestigiosas apadrinham escolas com dificuldades

Um artigo recente do “The Washington Post” (1.2.2013) conta a atitude responsável da Universidade Johns Hopkins em relação ao seu meio social, no leste de Baltimore. Esta universidade, especializada em medicina, é vizinha de um bairro afetado pela delinquência e pela pobreza. A instituição universitária Johns Hopkins teve a energia suficiente para tentar ganhar duas batalhas em simultâneo: Por um

lado, contribuir para proporcionar um melhor ambiente social que facilite a atração de novos alunos universitários. Por outro, desenhar um projecto de reurbanização, que inclui a aquisição de uma escola pública, a qual estava com dificuldades de viabilidade.

A escola primária e secundária patrocinada tem previsto deslocar-se este ano, da sua localização provisória, para outra zona de

nova construção próxima da universidade. A esperança é que a nova escola, designada por Henderson-Hopkins, atraia famílias da classe trabalhadora para um lugar que antes era muito pouco atrativo. As autoridades afirmam ter ajudado centenas de famílias afetadas pelas obras de construção e que a escola irá dar prioridade de inscrição aos filhos destas famílias.

»»



Há algumas iniciativas similares que conheceram sorte desigual. A Universidade da Pensilvânia deu o seu nome e apoio financeiro a uma escola pública conhecida como Penn Alexander, que na última década ajudou a rejuvenescer o oeste de Filadélfia. A Universidade de Stanford patrocinou uma escola secundária em East Palo Alto, Califórnia, mas também decidiu fechar outra escola primária em 2010, no meio do debate sobre a oportunidade da sua transformação. A Universidade de Colúmbia concedeu recentemente o seu apoio a uma escola pública de Nova Iorque. Segundo Susan H. Fuhrman, presidente do Grupo de Professores desta universidade, a iniciativa “é um risco (...) Mas se todas as universidades apoiassem o seu

meio urbano, haveria um grande impulso. Somos vizinhos, e temos uma obrigação”, afirmou Fuhrman.

Iniciativa em Oxford

Também as Universidades inglesas de Oxford e Oxford Brookes University estão a participar num programa escolar financiado pelo seu município, segundo informa o “Oxford Mail” (17.1.2013). É uma iniciativa para elevar o nível educativo das escolas nalgumas das zonas mais desfavorecidas da cidade. A medida acontece depois de um período de maus resultados escolares nos exames nacionais. Esta situação convenceu as autoridades civis da cidade a envolverem-se nas universidades e a investirem 300.000 libras (345.463 euros) em três anos.

O vereador de Oxford, Bob Price, afirmou: “Vamos apoiar os professores de modo a melhorar as oportunidades das crianças que vivem nas zonas mais desfavorecidas de Oxford. Isto terá um impacto muito positivo na economia da cidade, o que irá beneficiar todos os residentes”.

Em França, a prestigiosa universidade privada École Libre des Sciences Politiques decidiu, em 2001, facilitar a entrada a alunos de escolas secundárias de zonas desfavorecidas. Também lhes ofereceu subsídios económicos. Uma década depois, a imensa maioria dos alunos terminava pontualmente os seus estudos. ■

Partilhe com a AESE as suas
questões, Notícias e Passaporte
(elianalucas@aese.pt)

AESE Lisboa

Júlia Côte-Real
Telemóvel (+351) 939 871 256
Telefone (+351) 217 221 530
Fax (+351) 217 221 550
j.cortereal@aese.pt
Edifício Sede, Calçada
de Palma de Baixo, n.º 12
1600-177 Lisboa

AESE Porto

Carlos Fonseca
Telefone (+351) 226 108 025
Fax (+351) 226 108 026
carlos.fonseca@aese.pt
Rua do Pinheiro Manso,
662-esc. 1.12
4100-411 Porto

Seminários

Filomena Gonçalves
Telemóvel (+351) 939 939 639
Telefone (+351) 217 221 530
seminarios@aese.pt

Formulário de cancelamento:

Alumni

Abdel Gama
Telefone (+351) 217 221 530
abdelgama@aese.pt

www.aese.com.pt/cancelamento

Formulário de novas adesões:

www.aese.com.pt/adesao

www.aese.pt